

• AGORA NO ESTADÃO •

ECONOMIA

**Zona do euro
pode elevar
fundos de
resgate**

TECNOLOGIA

**Filas marcam
chegada do novo
iPad no mundo
todo**

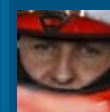
COPA 2014

**Dilma e Blatter
se encontram
em Brasília para
selar a paz**

ESPAÇO

**Hubble capta
nova imagem de
aglomerado de
estrelas**

AUSTRÁLIA

**Schumacher é o
mais rápido no
segundo treino
do GP**

Você está em Notícias >

Ministra critica médico que não faz aborto legal

Para Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para Mulheres, profissional que não faz procedimento por princípio deve ser trocado

16 de março de 2012 | 3h 09

Notícia



A+ A-

Assine a Newsletter



Tweet



Enviar



Recomendar

Você recomenda **Ministra critica médico que não faz aborto legal - vida - Estadão.com.br** · Informações · Frrr

PUBLICIDADE

LÍGIA FORMENTI / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para Mulheres, criticou a falta de médicos nos serviços que fazem aborto legal no País. Ela observou que muitos centros funcionam apenas na teoria porque profissionais se recusam a fazer o procedimento, alegando objeção de consciência. "É preciso que esses serviços coloquem outra pessoa no lugar", disse Eleonora ontem, durante reunião do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A lei permite que gestações que coloquem a mulher em risco ou resultem de violência sexual possam ser interrompidas. Atualmente, existem no País 63 centros cadastrados para realização desse tipo de atendimento.

Além de considerar o número insuficiente, grupos feministas relatam que, com frequência, mulheres não conseguem ser atendidas nos serviços, sobretudo em instituições administradas por grupos religiosos.

O discurso da ministra arrancou elogios de grupos feministas, mas foi imediatamente respondido pelo representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no conselho, Clóvis Bonfleur. "Religião é um direito que tem de ser respeitado. É preciso pensar em alternativas. A obrigação de ofertar serviços de saúde é do Estado", rebateu. Eleonora também citou resultados de pesquisas realizadas demonstrando a falta de qualidade nos serviços de atendimento às vítimas.

Além da melhoria da qualidade, a ministra defendeu a ampliação do acesso aos serviços. Algo que, em sua avaliação, pode ser alcançado com descentralização do atendimento.

Siga o @estadao no Twitter



estadão no Facebook



Curtir

Você curtiu isto. · Página administrador · Inform



Você precisa estar conectado ao Facebook para ver as atividades recentes de seus amigos.

**Cáspér Libero demite professor doente - vida**

335 pessoas recomendam isso.

**Mulher de Michel Teló anuncia divórcio após 3 anos de casamento - cultura**

320 pessoas recomendam isso.

**Casados há 72 anos, americanos morrem de mãos dadas - internacional**

11.464 pessoas recomendam isso.

**Brasil doa ao Haiti 4 milhões de doses**

Até 2009, 442 hospitais estavam aptos a atender casos de violência sexual e 60 a realizar aborto previsto em lei.

Atualmente, são 557 centros para atendimento das mulheres e 63 capacitados para fazer o aborto. De acordo com ministério, outros 30 estão sendo capacitados para também fazer a interrupção da gestação nos casos permitidos pela lei.

"Esse número de 63 centros é insuficiente. Basta ver as estatísticas de estupro. No Rio, por exemplo, esse número chega a 20 casos por dia", acrescentou a secretária de enfrentamento à violência contra a mulher, Aparecida Gonçalves.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, não fez comentários sobre a objeção de consciência alegada por médicos que trabalham nos serviços, mas afirmou que a pasta prepara um levantamento para verificar a qualidade de atendimento prestado às vítimas de violência.

Por meio da assessoria de imprensa, o ministério informou que ainda não está definida quando essa estratégia será iniciada e quais critérios serão analisados.

Polêmica. Nem bem foi montada, a estratégia já desperta críticas. O representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, o médico Arilson Cardoso da Silva, avalia que, mais importante do que registros de queixas ou análise de problemas está a capacitação dos profissionais.

O ministério informou ainda que estratégias serão montadas para melhorar a comunicação de dados de violência contra mulher. Durante a apresentação de ontem, foi informado que registros de violência passarão a ser obrigatoriamente inscritos nas fichas de atendimento de média e alta complexidade.

+ COMENTADAS

- 01 Petrobras busca reajuste de combustíveis via ...
- 02 Serra chama de 'lixo' livro sobre ...
- 03 Brasil terá 'Comissão do Revanchismo e ...
- 04 Haddad defende fim da taxa de inspeção ...
- 05 Haddad: Kassab no palanque é pior que ...
- 06 ONU pede ao Supremo que aceite denúncia do ...
- 07 Sou um militante da constituição federal, ...
- 08 MPF cumpre seu papel ao denunciar Curió, diz ...
- 09 Bebida nos estádios é novo foco de conflito ...
- 10 FGV: País tem queda de 7,26% no número de ...

Anúncios Google

[Qual seu nível de inglês?](#)

Faça o Teste na Cultura Inglesa e Descubra o Quanto Você já Sabe!

www.CulturaInglesaSP.com.br

Grupo Estado

Copyright © 1995-2011
Todos os direitos reservados

- Trabalhe Conosco
- Fale Conosco
- Termo de Uso
- Mapa Site
- Assine O Estado de S. Paulo
- Classificados: **11 3855 2001**

Estadão.com.br

- Opinião
- São Paulo
- Brasil
- Política
- Internacional
- Saúde
- Ciência
- Educação
- Planeta
- Cultura
- Blogs
- Tópicos
- Estadão Digital
- No celular
- No iPad
- No Facebook
- RSS
- Infográficos
- Fotos
- TV Estadão
- Tempo
- Webmail
- Isso não é normal
- Revista Piauí

O Estado de S.Paulo

- Portal do Assinante
- Conheça o jornal

Portais

- Jornal da Tarde
- Limão
- Território Eldorado
- ILocal
- ZAP
- Ibiubi
- Agência Estado
- Portal de Fornecedores

Grupo Estado

- Curso de Jornalismo
- Responsabilidade Corporativa
- Nosso Código de Ética
- Demonstrações Financeiras

Publicidade

- Como anunciar
- Prêmio de Mídia
- Top Imobiliário
- Cannes